



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ATA n.º 4

QUADRIÉNIO DE 2025 - 2029

(Artigo 57º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro)

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 27 DE ABRIL DE 2026**

--- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por António Carlos Camejo Martins, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **I - Período de antes da ordem do dia.** -----

--- **II - Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** – Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** – Apreciação, discussão e votação da 2ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano para 2026; -----

--- **Ponto número três** – Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação; -----

--- **Ponto número quatro** - Apreciação, discussão e votação de proposta relativa aos documentos de prestação de contas do Município, referentes ao ano 2025; -----

--- **Ponto número cinco** - Apreciação, discussão e votação de proposta relativa à manutenção das competências nas alíneas d) a m) do n.º1 do art.º 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, no âmbito das intervenções do Município; -----

--- **Ponto número seis** - Apreciação, discussão e votação de proposta relativa à atribuição de um apoio financeiro, a cada uma das Freguesias e União de Freguesia do concelho; -----

--- **III - Assuntos agendados ao abrigo do art. 16º, nº 3 do Regimento da AMT** :-----

--- **Ponto número um** - Apreciação, discussão e votação de Proposta de recomendação ao Governo para reclassificação do Serviço de Atendimento Complementar (SAC) de Trancoso para Serviço de Urgência Básico (SUB) e integração de ambulância SIV; -----

--- **Ponto número dois** - Apreciação, discussão e votação de Moção pelo cumprimento do Regimento e garantia de igualdade no acesso à informação; -----

--- **IV - Período de intervenção do Público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, Bruno Filipe Proença Amaral Veiga, substituído por Carlos Humberto Gaspar Saldanha, João Paulo Rodrigues Matias, substituído por Fausto André Primo Frade, Nadine Dias Domingues Ambrósio, substituída por José Jorge dos Santos Carvalho, Patrícia Isabel Fernandes Ramos substituída por Armandina dos Santos Almeida, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, Sílvia Andreia Esteves do Nascimento Santos, substituída por Célia Gravelho Cardoso, membros do Grupo Municipal da Coligação Por Si – Por Trancoso, Pedro Lourenço Tomé Dias, substituído por Regina Maria Mendes Alves, membro do

Grupo Municipal Unidos Por Trancoso / Nós Cidadãos. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como a registada ao Senhor Presidente da União das freguesias Vila Franca das Naves e Feital, Sérgio António Martins Pires.-----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Daniel José Salvador Joana e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João Rafael Oliva de Figueiredo e Carla Fernanda Cardoso Morgado Rebelo. -----

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, cumprimentando todos os presentes, destacando o agrado da maioria dos deputados, pelo regresso das sessões da Assembleia Municipal ao auditório do Pavilhão Multiusos, sendo um espaço que proporcionará um bom ambiente e melhores condições de trabalho. Referiu, ainda, que o Salão Nobre dos Paços do Concelho, lugar de maior representatividade, será utilizado para circunstâncias excecionais e comemorativas, ou seja, cerimónias mais importantes da vida cívica concelhia. De seguida, fez referência à ata da última Assembleia Municipal, colocando-a a apreciação.

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, salientando a forma resumida como a ata foi escrita, ocultando o essencial da sua intervenção, sendo que considera que devia constar o resultado da votação referente às duas Moções, sobre o acesso a cuidados de saúde primários em Trancoso, apresentas pela Coligação Por Si - Por Trancoso. Citou que apenas foi dada demasiada relevância à expressão “desonestidade intelectual” por fazer cortes de vídeos e montagens descontextualizadas que surgiram no vídeo que circulou nas redes sociais, divulgado pela Coligação Por Si - Por Trancoso. Sugeriu então que a ata fosse reformulada nessa parte devendo acrescentar na linha 24ª da página 6, após 28/12/2023 “nesse sentido referiu que, apesar de, nas Assembleias Municipais de setembro e dezembro 2023, que os votos a favor vieram também da bancada do Partido Socialista”. Nesse sentido é desonesto intelectualmente que se coloquem excertos de duas intervenções pontuais fazendo acreditar que o Partido Socialista não tinha votado as respetivas moções, dando origem a essa desonestidade intelectual. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que a ata iria ser colocada à votação conforme apresentada, sendo que se for aprovada, dará origem a uma declaração de voto por parte do deputado Daniel Almeida. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, enaltecendo a decisão do Presidente da Mesa da Assembleia em relação à votação da ata, e dirigindo a palavra ao deputado Daniel Almeida, no sentido de ter referido na sua intervenção seis vezes a expressão “desonestidade intelectual” por parte da Coligação Por Si – Por Trancoso. Salientou, com todo o respeito, ter sido indelicado, quer perante a bancada do Partido Socialista, quer perante todas as outras forças democráticas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, justificando a sua intervenção por duas circunstâncias, sendo a primeira para corroborar e secundar a decisão do Presidente da Mesa, considerando a mais correta relativamente à ata. Informou também que a ata deve ser um resumo do que aconteceu e não descrever tudo o que decorreu na sessão, transcrevendo apenas o fundamento das intervenções. A segunda razão prende-se pela circunstância de não ser argumento: “porque o outro fez eu posso fazer”.

Realçou o facto de que, durante o último mandato, nenhuma bancada veio solicitar correções que não fossem apenas eventuais gralhas ou incorreções gramaticais. Evidenciou, ainda, que não foi a Coligação Por Si - Por Trancoso o autor dessas montagens, considerando inadmissível o facto de imputar genericamente, de forma conclusiva, a culpa a cidadãos que nada tem a ver com isso. No entanto, ressaltou ser importante saber o autor desse ato. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, afirmando que se e a ata tivesse refletido os factos constantes das atas anteriores que desmentem o vídeo, não teria referido seis vezes desonestidade intelectual, salientando que apenas referiu que poderia “roçar a desonestidade intelectual”. Defendeu que a ata não contém a veracidade e o essencial da sua intervenção, solicitando a sua retificação, sob pena de o PS votar contra a aprovação da ata. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa lembrou que o proferido nas Assembleias Municipais deve ser registado, por conseguinte o deputado Daniel Almeida tem todo o direito a que a sua solicitação fique registada, propondo uma declaração de voto que expresse esse sentido, constando dos documentos oficiais. Não havendo mais intervenções sobre a ata, foi colocada a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com nove votos contra. -----

--- Interveio o deputado Daniel Almeida apresentando a declaração de voto em nome da bancada do Partido Socialista: “... Considerando que o teor da ata na forma como ela foi partilhada, por parte dos serviços da Câmara Municipal, não corrobora de forma absoluta e verídica a intervenção do senhor deputado Daniel Almeida, nos termos em que consta que nas atas de setembro e dezembro de 2023, os resultados das votações das moções, relativamente ao acesso a cuidados de saúde primários em Trancoso, apresentada pela coligação PSD/CDS-PP. A primeira da reunião de setembro foi aprovada por unanimidade e a segunda na reunião de dezembro 2023 foi aprovada com vinte e sete votos a favor, um contra e as restantes abstenções, o que significa e indicia que, naturalmente, vários deputados do Partido Socialista tiveram que votar favoravelmente a moção apresentada. Uma vez que na ata não consta que após as considerações tecidas no sentido de que nessas moções o Partido Socialista, apesar de não aceitar o teor dessas moções, sempre as aprovou, porque despiu a capa ideológica partidária para assim assumir os interesses de Trancoso, no sentido de serem propostas essas moções e serem feitas chegar, e que isso é contrário aos indícios que são feitos no vídeo que é partilhado pelas redes sociais oficiais da coligação Por Si-Por Trancoso, nomeadamente no Facebook. Não tendo a ata vertido essas considerações e focando - se apenas numa consideração final *en passant*, do que estaríamos perante algo que poderia roçar a desonestidade intelectual, o Partido Socialista não pode votar favoravelmente o teor da ata sem esta retificação, sob pena de que o núcleo essencial da intervenção do senhor deputado Daniel Almeida não conste e não fique registado para o futuro”. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa comunicou que a declaração de voto ficaria registada nos termos regimentais. De seguida informou que se iria entrar no **Período de Antes da Ordem do Dia**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, fazendo referência ao incêndio que deflagrou

recentemente, na zona do Centro Histórico de Trancoso, num edifício em ruínas, que podia ter trazido consequências catastróficas para os restantes edifícios que fazem parte inerente do Centro Histórico. No seguimento a esse acontecimento, interrogou se o serviço municipal da Proteção Civil tem promovido simulacros de incêndio nessa zona histórica da cidade, tratando-se de uma medida essencial para a segurança, visando criar rotinas de comportamento, identificar eventuais falhas e garantir obrigações legais, de forma a que qualquer residente da zona envolvente ao Centro Histórico saiba como agir nestas situações. Questionou, ainda, se as bocas de incêndios eram ou não suficientes e se estão operacionais e com pressão adequada. Definiu a sua intervenção como crítica construtiva com o objetivo de saber planejar, preparar, executar e avaliar. Sugeriu a aquisição, faseadamente, de viaturas com dimensões reduzidas de combate a incêndios chamadas VLCI (veículo ligeiro de combate a incêndios), adaptados com bomba de alta pressão, que evitaria dificuldades devido a carros estacionados. Questionou também qual a data da última atualização do Plano de Regulamento do Serviço Municipal da Proteção Civil de Trancoso, tendo a informação que seria de 05/11/2020 e para quando se prevê uma revisão desse Regulamento, em função da evolução que tem havido nesse campo. Salientou alguns espaços do Centro Histórico, um edifício nobre com capela incorporada, um solar em ruína, algumas ruas, como a rua das hortências - Rua da Alegria onde se nota alguma degradação, local por onde passam muitos turistas, levando uma má imagem das ruas quando visitam Trancoso. Sugeriu, nesses casos, a majoração da taxa de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e a aquisição faseada desses imóveis, para poder tratar desse património e voltar a colocar Trancoso no mapa. Nesse sentido, relembrou que existem programas/ instrumentos financeiros que podem apoiar na reabilitação e revitalização urbana. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, enaltecendo a iniciativa da organização de uma mesa redonda acerca do tema do 25 de Abril, realizada no passado dia 26 de abril, pela União de Freguesias de Vilares e Carnicães, onde foi possível ouvir testemunhos de pessoas que viveram essa transição ou que nasceram logo após esse marco importante. Ainda assim existem algumas bandeiras de abril que se foram degradando, pelos cinquenta e dois anos de governos socialistas, a nível de educação, justiça, serviço nacional de saúde. Mencionou a posição de Trancoso no topo do ranking, a nível da tarifa fixa de água, por ser uma das mais elevadas numa amostra possível, com dados recolhidos, entre quinze concelhos da região, em 2026, salientando que existem diversos relatos de falta de qualidade da água no concelho, assim como a existência de tarifas sobre resíduos urbanos por parte de quem não dispõe desses serviços. Destacou a falta de investimento, por parte da concessionária, que poderia ter sido muito superior num Município que tanto paga pela sua água. Questionou o Presidente do Município se achava justo o valor e quais os motivos para os Municípios terem tanta despesa com a água, solicitando esclarecimento sobre quais os investimentos previstos, no plano acordado com a concessionária, uma vez que, de acordo com o relatório da comissão, esses não estão a ser cumpridos, o que poderá afetar o desempenho da concessionária e consequente custo da água. No seguimento à votação e aprovação do reconhecimento da Feira de Trancoso, como património cultural imaterial do nosso concelho, na Assembleia Municipal de fevereiro, constatou que o

Município de Trancoso tinha sido célere aumentando o custo dos espaços no mercado municipal, questionando o que tinha sido feito e qual o melhoramento para justificar esse aumento. Relativamente à promessa, anexa à proposta do reconhecimento da Feira de Trancoso, como património cultural imaterial do nosso concelho, de modernizar o espaço do mercado, questionou qual a forma, como pretende fazer, quais os custos e quais as melhorias para os feirantes e visitantes, perguntando se já existe algo no papel ou se ainda está tudo na mente do Executivo. -----

--- Intveio a Presidente da União de Freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia, Ivone Mouco, reportando um conjunto de preocupações que têm assolado o Executivo da Assembleia de Freguesia e a população que representa, nomeadamente saber se existe algum plano a ser desenvolvido para a prevenção e preservação da área que não foi atingida pelos incêndios em 2025, especificamente alguma intervenção pensada pelo serviço municipal de Proteção Civil. Questionou da existência de alguma coordenação para prevenção entre o serviço municipal de Proteção Civil e as duas corporações de Bombeiros que operam na área do concelho de Trancoso. Perguntou se existia algum apoio às juntas de freguesia para a aquisição dos kits da primeira intervenção em incêndios rurais. Partilhou a vontade de vir, numa das futuras Assembleias Municipais, parabenizar o Senhor Presidente, não por alguma ação ocorrida numa situação de incêndio, mas sim pela sua prevenção. Salientou ainda que na freguesia, fruto da desertificação, também existem habitações devolutas que ameaçam ruir o que representa também uma ameaça para quem circula na via pública, nesse sentido questionou se existe algo pensado para criar medidas claras, para reabilitação ou para uma intervenção quando não é possível identificar os proprietários das mesmas. Solicitou a visita do Senhor Presidente à sua freguesia, mencionando existirem vários pontos sinalizados/ identificados que precisam de uma atuação, nomeadamente: a preservação da Ponte dos Carvalhais, tendo já sido a melhor ligação entre os concelhos de Pinhel e Trancoso e uma referência nos Caminhos de Santiago, a Escola Primária de Vila Garcia, propriedade do Município, que se encontra completamente ao abandono, vandalizada, precisando de uma atenção específica, as Carigas, a limpeza e reabilitação dos muros de suporte na ribeira, a questão de ETAR do Freixial, que pertence ao Município, uma intervenção necessária na Ribeira de Freixo e ajuda em Vale do Seixo, onde se encontra a sede da freguesia, sendo a localidade com menos arruamentos e sem existir forma de canalizar as águas, ou seja, uma freguesia abandonada, onde faltam recursos financeiros e logísticos para poder chegar a todo o lado. Passados seis meses de mandato, realçou a importância de fasear, de programar e saber com o que contar por parte do Município e que o seu executivo seja um apoio fundamental para o exercício de todas as juntas. -----

--- Intveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, mencionando o Grande Prémio de Ciclismo “O Jogo”, que foi bandeira durante muitos anos, e cujo antecessor, de forma empolgante, tornou esse evento argumentado a todos os níveis, considerando ser importante para o turismo, para as pessoas, para o alojamento local e para a restauração. No entanto, desta vez não tem partida em Trancoso, nem passa nenhuma etapa em Trancoso por uma questão de custo. Um custo elevado, mas que têm uma razão de existir visto ser um evento de grande escala, sendo um fenómeno com grande impacto a nível regional ou

nacional. Do custo de 20.000€ (vinte mil euros) dos contratos da organização do evento, 10% devem ser utilizados obrigatoriamente nos patrocínios dos territórios de cada Município, aproveitado para promover os Municípios nos jornais e nos media, questionando o porquê dessa perda de interesse nesse evento. Evidenciou ainda a existência, no território, de conduta de fibrocimento em algumas redes de abastecimento de água da Teja, sendo altamente cancerígeno, solicitando a resolução dessa situação. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Coelho, solicitando esclarecimento sobre o porquê do encerramento do SAC (serviço de atendimento complementar) durante o dia e apenas se encontrar aberto durante à noite, qual será a possível resolução deste problema, salientando a existências de reuniões mensais e a falta do Município à última reunião. Destacou uma publicação nas redes sociais, apadrinhada por doze associações, sobre a intervenção na muralha de Trancoso, que não defende nem acautela o andorinhão-preto e que está a ameaçar esta colónia, existente em Trancoso, sendo talvez a maior do país, alertando para que a situação possa ser revertida. Salientou ser importante, para o povo, saber o que está a acontecer na rotunda alusiva à Batalha de São Marcos, sugerindo a colocação de um outdoor com uma explicação, e que, deveria ter ido a discussão pública durante trinta dias. Questionou sobre a existência de um plano de intervenção e resolução do problema da estrada das Torres, que abateu no último inverno, sendo possível o trânsito a ligeiros mas ainda interdito a pesados.-----

--- Interveio o Presidente da União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior, Paulo Rico, questionando o Presidente da Mesa se lhe foi facultada alguma resposta, por parte do Executivo Municipal, ao requerimento apresentado na Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2026, relativamente ao Plano de Intervenção urgente na rede viária rural e florestal. Não havendo para já nenhuma resposta, solicitou que fosse apresentada alguma na próxima Assembleia por parte da Mesa e do Executivo Municipal. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, considerando o regresso da sessão da Assembleia Municipal ao auditório do Pavilhão Multiusos como a título excecional, apesar de existirem pessoas que preferem este local ao Salão Nobre, realçou o passo importante que o Executivo e a Mesa deram ao levarem novamente a Assembleia Municipal ao espaço do Salão Nobre, sítio que deve acolher esta Assembleia, sendo a títulos excecionais outros espaços como o do auditório do Pavilhão Multiusos, bem como a possibilidade de haver Assembleias noutras freguesias do nosso concelho, como ficou regimentado. Relativamente à intervenção do deputado Paulo Rico, lembrou que tinha questionado se se tratava de um requerimento ou de uma moção, não obtendo resposta por parte do mesmo, voltou dois meses depois a fazer o mesmo requerimento. Relativamente à moção sobre o acesso a cuidados de saúde primários em Trancoso apresentado pelo Partido Socialista e que foi aprovada, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinha obtido alguma resposta por parte da Ministra da Saúde assim como do Diretor Executivo do SNS. Questionou o Vereador João Rafael, que teve a oportunidade de no dia 10 de abril estar em contacto direto com a Ministra da Saúde, se lhe foi dado algumas garantias efetivas, para a resolução dos problemas de saúde em Trancoso e que possa partilhar com todos. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara, fez referência ao incêndio urbano que prontamente foi resolvido pela corporação de Bombeiros acompanhada pelo serviço municipal da Proteção Civil, evitando a sua propagação a outros imóveis contíguos. Em resposta ao deputado Mário Gonçalves, confirmou a existência das bocas de incêndio no Centro Histórico de Trancoso, salientando que os marcos de incêndio têm um caudal mais significativo e que só podem ser colocados onde a conduta permita alimentar o caudal requerido pelos referidos marcos, pormenor em que estamos mais necessitados, não sendo prioritário a colocação de mais bocas de incêndio que permitem apenas abastecer carros de combate numa distância de cerca de trinta metros, mas sim marcos de incêndio que permitem abastecer com um caudal significativo carros de incêndios que estejam a cerca de cento e vinte e cinco metros, o que representa uma distância muito mais significativa. Informou que atualmente existe um marco de incêndio junto aos Paços do Concelho e está planeado serem executados outros três marcos de incêndio, um deles junto às portas de São João, outro junto às Portas D'El Rei e outro nas imediações do Palácio Ducal, realçando que com todos estes marcos estamos perante uma rede suficiente para abastecer os carros para possíveis situações de necessidade neste tipo de incêndios. Quanto ao Plano Municipal da Proteção Civil informou que está atualmente em fase de revisão, prevendo a finalização para aprovação, no primeiro semestre deste ano, estando os serviços municipais, diariamente, a trabalhar com a empresa a quem foi adjudicado esse serviço para poder chegar a uma versão final. Relativamente aos edifícios devolutos, trata-se de um problema sensível e significativo, concordando com a deputada Ivone Mouco, sobre a dificuldade de por vezes identificar os proprietários. No entanto em alguns casos, os proprietários já foram notificados formalmente pelo Município, seguindo-se as diligências e tramitações normais, caso os proprietários não efetuem o que lhes compete. Alertou também que esta rede de imóveis devolutos é bastante grande e que o Município deverá agir por prioridades. Em resposta ao deputado Luís Fernandes, confirmou o excelente exemplo, das comemorações e da mesa redonda promovida pela União de Freguesias de Vilar e Carniças, que permite manter vivo o espírito do 25 de Abril e da democracia, debatendo questões que nos foram legadas, mas que continuam a ser atuais. Em relação às tarifas da água, informou que a amostra de comparação, referida nesta Assembleia, poderia ter sido mais alargada, mencionando ter escolhido as quinze tarifas mais baixas. Sabendo que existem trezentos e oito Municípios torna limitado o que foi trazido à Assembleia sem permitir que se retirem conclusões sérias. Quanto aos investimentos mais necessários prendem-se com a estação de tratamento de água da barragem da Teja, com a renovação de algumas condutas, com a expansão da rede, por exemplo em Golfar, e com a construção de ETAR's, constantes do plano que considera ser muito ambicioso e que deverá ser cumprido com realismo e bom senso de acordo com as prioridades Município. Relativamente aos espaços da feira semanal de Trancoso, informou que os preços não foram aumentados por decreto, mas sim de uma atualização periódica automática, de menos de 3%, prevista no Regulamento, e que está indexada aos índices definidos pelo Instituto Nacional de Estatística. Informou, ainda, que o Regulamento está a ser revisto e que define as taxas a serem pagas pelos feirantes, podendo esse ser readaptado à realidade do concelho de Trancoso e com o objetivo de o trazer à Assembleia do mês de junho

para aprovação. Acrescentou ainda que a Feira de Trancoso não tem comparação com outras, sendo uma fonte de rendimento para quem se desloca a Trancoso para comercializar produtos, não podendo ser nivelada por baixo. Em resposta à deputada Ivone Mouco, confirmou a existência de um plano para a prevenção dos incêndios, e de acordo com o delineado a máquina de rasto, que está a efetuar trabalhos em Pombal, deverá vir muito em breve para o nosso concelho para iniciar os trabalhos. Acrescentou que existe também um plano de trabalhos com foco nas freguesias que foram menos afetadas pelos incêndios, no sentido de as proteger, nomeadamente trabalhos entre as freguesias de Moimentinha e Póvoa do Concelho, entre Torres, Carnicães e Vilares e nas localidades de Moreirinhas e À-do-Cavalo. Existem também ações previstas por parte do serviço municipal da proteção civil, com a colaboração dos presidentes de junta de freguesia juntamente com os oficiais de segurança de todas as aldeias, onde serão entregues alguns materiais necessários ao exercício das suas funções e onde será esclarecido as alterações decorrentes da nova legislação que saiu este ano, relativamente à limpeza dos terrenos. Aceitou o convite para conhecer os pontos para o qual foi convidado na freguesia, de forma a ter uma intervenção mais pertinente. Em resposta ao deputado Joaquim Cavaca, informou que a política é feita de escolhas e que em relação ao prémio “O Jogo”, embora a prova desse foco a Trancoso e trouxesse visitantes, neste momento, devido ao inverno rigoroso, deixou de ser uma prioridade pagar montantes elevados para ter essa prova em Trancoso. Relativamente à conduta com fibrocimento, não tendo em posse dados, informou que tentará obter mais informações e esclarecerá sobre o assunto numa próxima Assembleia. Em resposta ao deputado Paulo Coelho, informou que o Executivo está há dois anos à espera que o Ministério da Saúde resolva o problema, tendo informado que seria resolvido no prazo de dois meses o caso do encerramento do SAC durante o dia, confessando não perceber quais os critérios que o Ministério está a seguir, por constatar que problemas semelhantes estão a ser resolvidos noutros concelhos, apesar de Trancoso ter mais população e mais ocorrências do que muitos desses concelhos. Realçou que o PSD local também está a lutar por isso, mas lamentou que o governo não esteja a ouvir o Executivo Municipal, nem os nossos vereadores. Relativamente às reuniões mensais, informou não serem reuniões de presença obrigatória do Município é convocado, considerando serem reuniões muito técnicas em que se discutem indicadores do atendimento, da enfermagem e dos auxiliares. Salientou a participação do Município em algumas dessas reuniões, de modo a inteirar-se da situação da organização da saúde do concelho, permitindo obter uma radiografia do estado lastimável em que se encontra o SNS. Relativamente às obras que decorrem junto à rotunda da Batalha de Trancoso, tem a ver com uma ideia antiga de vários deputados no sentido de embelezar ainda mais essa zona, após ter sido reconstruída e terem sido colocados os elementos escultóricos alusivos à Batalha de Trancoso, por ser uma zona cujo espaço necessitava de outra dignidade para valorizar ainda mais o tecido comercial que se encontra na zona envolvente. Informou que se tratava de um mural pintado pelo artista guardense, bastante conhecido, Nuno Miles, alusivo à História de Trancoso e não apenas à Batalha de Trancoso, sendo um mural que se destaca pela sua horizontalidade e não pela sua altura, seguindo assim uma linha narrativa, cronológica ao fazer referência aos três acontecimentos mais marcantes da História de

Trancoso, sendo eles as Bodas Reais, a Batalha de Trancoso e a existência do Profeta Bandarra. Relativamente à reparação dos danos da estrada das Torres exigiu um trabalho técnico muito complexo e moroso, coordenado sob a responsabilidade do Engenheiro Paulo Rico, realçando que neste momento se encontra em fase final de conclusão, de modo a que posteriormente seja lançado o concurso da obra que rondará cerca de 100.000€ (cem mil euros), sendo que será uma obra demorosa para que possa ficar em condições. Em resposta à intervenção do deputado Paulo Rico, confirmou a receção e a tomada em conta do requerimento entregue na última Assembleia Municipal, informando que nesta Assembleia será votado um apoio, que tem a ver com o que os presidentes de junta têm vindo a reclamar, devido ao inverno muito forte por causa da pluviosidade agravado nas freguesias afetadas pelos incêndios e onde havia uma erosão do solo mais acelerada. Destacou o trabalho do Município junto das empresas que estiveram a efetuar o corte da madeira queimada, de alguns trabalhos em vários pontos para que não saíssem dos locais sem fazerem alguma reparação. Manifestou preocupação relativamente ao indicado no despacho nº 4022/2026 de 27/03/2026, do Senhor Secretário de Estado, em que o Município de Trancoso tinha apresentado uma candidatura à CCDR onde era elegível um investimento de cerca de 787.185,00€ (setecentos oitenta e sete mil cento e oitenta e cinco euros) para mitigação dos danos dos incêndios, no entanto esse despacho apenas atribuiu ao concelho de Trancoso uma comparticipação de 139.394€ (cento e trinta e nove mil trezentos e noventa e quatro euros), ou seja uma verba que não chega aos 20% do total, contando com o PSD para que Trancoso tenha peso político junto deste governo. Em resposta ao deputado Daniel Almeida, no que diz respeito à moção aprovada informou não ter havido, até ao momento, ainda nenhuma resposta por parte do Ministério da Saúde. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto um** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal, mencionou a atividade Municipal que decorreu no período de fevereiro a abril, tendo sido um período de auscultação das associações, das juntas de freguesia e forças ativas do concelho. Foi também um período de planeamento e de projeção de algumas intervenções mais urgentes, nomeadamente ao nível da educação, como: um projeto de construção de uma cobertura na escola EB1 de Trancoso e uma intervenção da sala 2 do jardim de infância que necessita de obras de reabilitação por ter algumas infiltrações, salientou que já foi efetuada a colocação de cobertura na sala 1 do jardim de infância que obrigava as crianças e pais esperar à chuva. Foi efetuada uma visita com o objetivo de elaborar um projeto de requalificação das paredes do pavilhão gimnodesportivo de Vila Franca das Naves e colocação de uma zona de recreio para as crianças do primeiro ciclo, que não têm uma área de recreio adaptada à sua faixa etária, assim como a aquisição de algum mobiliário escolar, sendo esta verbas adiantadas pelo Município, uma vez que ainda não se encontra aberto o aviso para requalificação das escolas classificadas de P3, como o caso da de Vila Franca das Naves . Decorreram também trabalhos de reposição das massas betuminosas, um pouco, por todo o concelho, tendo havido muitos danos na nossa rede viária a serem reparados, procedeu-se também a trabalhos de poda de árvores, de aplicação de herbicidas, de colocação de torres de iluminação nas passeadeiras com muito movimento, mas com pouca

visibilidade principalmente no inverno. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, agradecendo ao Presidente do Município pela explicação dada à sua intervenção, sugerindo a providência de entaipar portas e janelas com tijolo e retirar todo o escombros do interior, através dos donos, havendo por vezes heranças indivisas e coproprietários, considerando serem os imóveis devolutos uma fonte de proliferação de lixo e de degradação, podendo minar a saúde pública. Sugeriu também o aumento da vigilância da GNR, vigílias noturnas especialmente nessas zonas. Mencionou a obra do Palácio Ducal, onde após várias consultas em sites públicos constatou que o contrato tinha sido elaborado a 10 de abril, concessionado a 25 e consignado a 21 maio 2025, com um prazo contratual de três anos após a consignação, sendo o valor da adjudicação de 3.400.000,00€ (três milhões e quatrocentos mil euros), questionando, se o prazo contratual estava a ser cumprindo. Por conseguinte, fazendo um cálculo, sendo o contrato de três anos, ou seja, mil e noventa e cinco dias, com um custo de 3.400.000,00€ (três milhões e quatrocentos mil euros), tendo já decorrido até 31/03, corresponderia um pagamento ao empreiteiro de cerca de 930.000,00€ (novecentos e trinta mil euros), em termos de uma lógica linear de desenvolvimento uniforme no cronograma financeiro. Nesse sentido, perguntou quanto tinha sido faturado até ao final de abril. Questionando também se esta dotação financeira plurianual para execução deste empreendimento tem dotação completa e através de que programa. Se existe dotação efetiva para a obra, visto que antigamente só os organismos do estado, as direções gerais, entre outros, tinham a obrigação e o dever de não poder abrir um concurso de obra pública, independentemente do seu valor, sem ter a respetiva dotação financeira para tal, tendo sido esta medida já estendida às câmaras. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, destacando a Assembleia Cívica da associação “Vamos Dignificar”, realizada no dia anterior, que pretende trazer a sua sede para Trancoso, projeto que foi abraçado pelo Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Fíães, e que procura ser transversal nos seus órgãos sociais podendo contar com a Coligação e com a oposição. Salientou que no concelho não existe oferta nesse sentido e que essa associação visa num primeiro momento criar um centro de apoio formativo para a inclusão, sabendo que a formação e o acompanhamento das crianças e jovens com deficiência só é garantido pelo estado enquanto decorrer o percurso formativo normal, até aos dezoito anos, após esse período os pais e as comunidades ficam com esse ônus na mão. Nesse sentido, nesse primeiro momento a associação pretende a criação de um espaço onde pode receber esses jovens, em Fíães, e num segundo momento poderá incluir pessoas que no início de problemas de demência possam ter uma instituição mais adequada que os possa acompanhar. Por conseguinte ressaltou que é um projeto de todos e para todos, considerando ser necessário a receptividade de todos para apoiar esse projeto. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, mencionando que o Executivo irá cumprir no próximo dia 30 de abril, seis meses de mandato, mas os problemas mantêm-se, o acesso à saúde está cada vez pior, com o encerramento de algumas extensões de saúde, as empresas continuam sem incentivos para se instalarem ou manterem-se no concelho, a população está cada vez mais envelhecida, o custo de vida está cada vez a aumentar mais e os jovens sem oportunidades em Trancoso, revelando-se num retrato sem

nenhuma medida, sem proposta, sem nenhuma solução para os principais problemas do nosso Município. Questionou o que já tinha sido feito para acautelar o que aconteceu no verão passado, relativamente aos incêndios. Expressou que o Executivo tem agido como uma empresa de construção civil e de gestão de serviços públicos, navegando sem qualquer rumo. Mencionou a péssima imagem da parede exterior do Pavilhão Multiusos, sendo a maior praça de eventos do Município, a estrada circundante da rotunda da homenagem aos Bombeiros de Trancoso, que está toda esburacada, a Biblioteca Municipal que se encontra num estado lastimável com o pavimento danificado, infiltrações e casas de banho degradadas, sugerindo uma visita ao espaço pelo Executivo afim de fazer um levantamento das principais carências neste espaço cultural tão importante. Referiu a taxa de execução da receita que representa 27,4%, que ao retirar os dados relativos ao saldo de gerência anterior ficamos com uma taxa de execução de apenas 17,5%, demasiado insuficiente. Em relação à taxa de execução da despesa, que está perto dos 11%, o que representa um retrato da inatividade e falta de dinâmica, realçando que os recursos estão lá, mas falta a execução. Terminou questionando o Executivo se será esta a tónica deste mandato? -----

--- Interveio o presidente de junta da freguesia do Reboleiro, José Nascimento, mencionando a atividade do Presidente do Município, verificando que em quarenta e oito dias, houve setenta e quatro ações, o que representa mais de uma por dia, pessoalmente, considerou ser a de maior importância a deslocação às juntas de freguesia para fazer o atendimento aos munícipes, esperando pelos resultados desejados. Fez referência à EN de Rio de Mel, para que possa existir alguma intervenção, apesar de não fazer parte da zona do Município, sugerindo que o Município interfira junto do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, visto circular muita gente e necessitar de melhores condições. Solicitou que quando houvesse projetos úteis para as freguesias que se pudesse recorrer ao Município, como existia em tempos essa possibilidade, recordando a capela mortuária do Reboleiro, cujo projeto foi dignificante e que foi feito pelo Município. Por vezes existem projetos que são necessários fazer e menos complexos, mas que cada vez que recorrem aos privados, ficam com menos dinheiro, menos condições para depois prestar os serviços aos munícipes. Também transmitiu que seria bom que houvesse resposta por parte do Município, qualquer que fosse, positiva ou não, relativamente aos ofícios dirigidos ao Município. Destacou o congresso da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) que se realizou no final do mês de janeiro, onde surgiu muitas moções, e algumas delas com muito interesse para as Assembleias de Freguesia e para as Juntas de Freguesia. Evidenciou a falta de mérito que merecem as Assembleias de freguesia, especialmente a Mesa da Assembleia, responsável pela elaboração das atas, a convocatória, o plano de Assembleia, assim como a assinatura de vários documentos da contabilidade, apesar da insignificância das senhas de presença. Realçou que a ANAFRE está a providenciar e a pressionar o Governo no sentido de que as senhas de presença tenham um valor mais significativo. Apelou aos colegas responsáveis pelas juntas de freguesia que se associassem, porque a ANAFRE só tem representatividade se tiver associados, considerada uma associação de interesse público porque tem mais de 50% de associados. Considera que os não associados não se podem valer dos associados para obter os mesmos benefícios. Salientou o esforço que tem sido feito

pelo Presidente do Município para combater a falta de médicos em Trancoso e solicitou que fosse partilhando as informações, assim como as situações que ainda se encontram pendentes nesta altura, apesar de ter conhecimento da vinda de um médico de família, Dr. Barreiros, considera ser uma solução ainda escassa para a população existente. Terminou referindo que o auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso não deixa de ser nem mais, nem menos nobre do que o Salão Nobre, existindo muita nobreza, muitas coisas úteis, com visibilidade e que também é um local de trabalho com boas condições. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, sugerindo ao Município a aquisição de uma infraestrutura que se encontra na Avenida Frederico Ulrich, para que possa proceder à sua demolição para poder pôr o pano de muralha totalmente à vista, sendo um apêndice à muralha, considerando ser mais um espaço para dignificar o património circundante da muralha de Trancoso. Relativamente às paragens de autocarro/ abrigos, um equipamento de mobiliário urbano com um novo design, bastante moderno e agradável, cujo Município está a colocar em várias artérias da cidade, concorda com a aposta na descentralização dos equipamentos pelas aldeias, solicitando a continuidade dessa colocação noutras aldeias como Venda do Cepo e outras aldeias contíguas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, salientando que após uma batalha de quatro anos acerca da análise das taxas de execução, tanto da receita como da despesa, já começou a ser também discutido pelo deputado do Chega, que referiu nesta sessão o que o próprio já tinha chamado à atenção no mandato anterior. Sendo Presidente do Município há seis meses, e o orçamento de 2026 sendo da sua responsabilidade, verificou-se, através dos números reportados a 15 de abril, uma taxa de despesa que nem chega a 11%. Muitas explicações já foram dadas, durante as assembleias, para as baixas taxas de execução, desde a pandemia à guerra da Ucrânia, no entanto, seria bom haver a coragem de assumir o facto de, por um lado, haver um inflacionamento do orçamento, e por outro a Câmara não conseguir gastar o que se propôs gastar. Uma das notícias que foi tornada pública quinze dias antes, foi que, no distrito da Guarda e também em Trancoso, a taxa de execução do PRR representava uns 40%, faltavam executar cerca de 60%, perguntando assim se a Câmara Municipal consegue executar o PRR, nestas obras que foram candidatas dentro do prazo que foi alargado, designadamente o Castelo e a requalificação das muralhas, questionando se tratou de ,contratualmente, prever estas alterações em termos de execução e se garante a esta Assembleia Municipal que todas as verbas do PRR vão ser gastas em tempo útil. Mencionou o incêndio que deflagrou no Centro Histórico da cidade, tendo existido comentários das grandes dificuldades de acesso dos veículos dos Bombeiros devido aos estacionamento inadequados, tratando-se de uma situação frequente durante a noite na zona histórica de Trancoso, impedindo o normal trânsito de outras viaturas, assim como de alguns peões. Questionou se a Câmara Municipal pretendia estabelecer um regulamento no que diz respeito ao trânsito e às zonas de estacionamento para os habitantes do Centro Histórico, afim de promover a libertação das artérias e desse modo haver a possibilidade de circular livremente e evitar constrangimento em caso de sinistro, e se o Município tinha intenção de pedir a colaboração das autoridades policiais, neste caso a GNR, no sentido de fazer um patrulhamento noturno, para de alguma forma precaver ou sensibilizar.

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, congratulando o Presidente do Município pela informação Municipal, nomeadamente o atendimento que tem sido efetuado nos Paços do Concelho bem como em diferentes zonas do Município, passo muito importante, o que permite facilitar a deslocação dos próprios Munícipes para esses polos e levar o Executivo Municipal aos mesmos. Perguntou se esse trabalho de escuta e de proximidade tem sido profícuo. Felicitou, também, o trabalho que está a ser efetuado em cooperação com as juntas de freguesia, com quem foram efetuadas reuniões, considerando fundamental o trabalho em conjunto, pelo facto de os presidentes de juntas terem um conhecimento real do território e um contacto muito próximo com os seus fregueses. O mesmo se tem verificado com as associações, o que mostra a vontade de trabalhar em proximidade, de ouvir para depois fazer. Parabenizou o Presidente do Município pela edição da Feira do Fumeiro, tornando o Pavilhão Multiusos num espaço amplamente preenchido, com bastante afluência nos vários horários e nas várias atividades que existiram. Foi uma possibilidade de trazer as pessoas e de as reunir, não só em termos culturais, mas também em termos sociais, com espaços de entretenimento e também um espaço de valorização económica de produtos endógenos fundamentais do nosso concelho. Questionou, no entanto, se havia algum número, em termos de levantamentos, por exemplo nas caixas de multibanco, para conseguir verificar o retorno económico desta edição. Mencionou a felicidade dos participantes dos stands pela reorganização do espaço da feira, tendo sido também uma nova aposta por parte do Executivo. -----

--- Usou da palavra o Presidente do Município, em resposta ao deputado Mário Gonçalves, agradeceu a sugestão que lhe foi dada relativamente aos trabalhos no Palácio Ducal e informou que os mesmos já estão previstos na empreitada, e que, em parte, até já estão a ser efetuados, nomeadamente a retirada de escombros que são trabalhos de limpeza que devem ser feitos antes de iniciar qualquer obra. Em relação ao prazo contratual, foi solicitado e já foi aprovado um pedido de reprogramação atendendo aos prazos que são neste momento mais realistas e que já refletem também todo o processo demorado relacionado com o visto do tribunal de contas, nesse sentido, esta obra está reprogramada para 2029. Quanto ao financiamento, a dotação financeira garantida no âmbito das ITI's (Investimento Territorial Integrado) negociada na CIMRBSE (Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela) será na ordem de 55%, o que poderá vir a ser mais, no âmbito também de uma renegociação das ITI's e de uma reafecção de outros recursos a este projeto. Atualmente o garantido é 55% sendo que o Município tem uma linha de financiamento que contraiu, no mandato anterior, que pode utilizar em maior ou menor grau conforme a necessidade para completar a carência de financiamento deste projeto. Em resposta ao deputado António Nascimento, confirmou com satisfação o registo e a transferência da sede da associação "Vamos Dignificar" para Trancoso, na freguesia de Fiães, que sempre foi dinamizada por pessoas ligadas ao distrito da Guarda e a Trancoso em particular, cujos novos órgãos sociais tomaram posse no dia anterior a esta Assembleia, sendo que são transversais e representativos da sociedade de Trancoso. Informou que esta associação ainda tem um caminho a percorrer e que necessitará de todos nós, para atingir o objetivo de dar resposta a jovens com deficiência, que necessitam de uma vida digna e que neste momento não existia no concelho.

Em resposta ao deputado Luís Fernandes, concordou com o proferido relativamente ao mau estado do serviço nacional de saúde no nosso concelho, por não estar a dar respostas à necessidade da nossa população, situação em que devemos todos continuar a lutar para que voltemos a ter um SNS de qualidade no nosso concelho. Quanto às empresas e aos jovens que saem do concelho, perguntou se tinha dados relevantes para lhe poder responder baseando-se nesses dados. Relativamente aos problemas existentes no Centro Cultural/Biblioteca Municipal, informou que já tinha havido uma intervenção no ano passado, tendo sido já alvo de um investimento avultado, no entanto, pode não ter resolvido tudo e necessitar de mais algumas intervenções complementares, e é o que será feito se se verificar. Em resposta ao deputado José Nascimento, relativamente à estrada nacional que passa pela localidade de Rio de Mel, informou que o Município já alertou por ofício as infraestruturas de Portugal sobre o seu mau estado, tendo já sido efetuada uma primeira intervenção para resolver os casos mais problemáticos, alguns danos ou buracos que tornavam perigosa a circulação naquela via, alertando que os trabalhos irão continuar visto ser uma estrada muito movimentada, que liga ao norte do país. Referiu que o apoio do Município aos projetos das freguesias dependerá da natureza e dimensão dos mesmos, salientando que não compete ao Município concorrer com as empresas privadas de construção civil, nem dispõe de meios para esse efeito. Acrescentou que, caso os projetos estejam ao alcance do Município, poderão ser disponibilizados meios e recursos humanos. Questionou o deputado quais eram os ofícios aos quais não obteve resposta, para poder responder convenientemente, sendo possível que isso possa ter acontecido, pela quantidade de ofícios que chegam diariamente ao Município, estando a tentar melhorar esta situação. Honrou o Presidente de Junta do Reboleiro pelo acompanhamento prestado a este Município em relação à questão dos médicos, confirmando o início de funções do Dr. Barreiros, num contrato pós-reforma, mas que ainda assim a administração da ULS considerou não ser suficiente para voltar a mobilizar o Dr. Luís para a extensão de Saúde quer do Reboleiro, quer de Guilherme, motivo pelo qual manifestámos a nossa discordância. Informou que foi indicada nova previsão para a abertura do concurso, entre os meses de maio e junho, prevendo a ULS da Guarda a criação de três a quatro vagas para o Centro de Saúde de Trancoso, sujeitas a aprovação superior. Em resposta ao deputado Joaquim Cavaca, agradeceu a sugestão, no entanto, pela descrição ainda não foi possível identificar, de memória, qual o edifício em questão, mas que terá o cuidado de tentar perceber qual é o imóvel, salientando que a valorização do nosso Centro Histórico e das nossas muralhas é o melhor que se pode fazer, sendo o capital edificado mais forte que Trancoso tem. Evidenciou que qualquer proposta para melhorar o seu acesso, a sua visualização, a sua possibilidade de proporcionar boas experiências serão sempre boas sugestões. Relativamente ao mobiliário urbano, referiu que tentará dar continuidade à sua valorização e requalificação, com o objetivo de conferir maior dignidade, beleza e conforto às comunidades, promovendo igualmente a melhoria da mobilidade e das infraestruturas de suporte associadas. Em resposta ao deputado João Caramelo, confirmou que a taxa de execução de 10% seria naturalmente baixa, se o ano acabasse com essa percentagem, no entanto ainda só passaram quatro meses, por natureza os anos têm fase de planeamento, de lançamento de procedimentos, fases de execução, sendo que o segundo e terceiro

trimestres são por natureza de uma execução muito maior, incluindo o quarto. Em relação às obras do PRR confirmou que estavam previstas terminar dentro do prazo, nomeadamente as obras: das Muralhas, da Igreja de Santa Marinha e a zona envolvente de Moreira de Rei e da rede de águas, garantindo que as obras estão bem encaminhadas e que os fundos europeus serão aproveitados ao máximo no que for possível. Em relação ao estacionamento no Centro Histórico, confirmou tratar-se de uma reflexão muito grande que deve ser feita em conjunto, sendo uma zona riquíssima deve ser melhorada, para se tornar viva, comparando com outras Aldeias Históricas que são apenas museus, sem praticamente nenhuma atividade económica e comercial, apenas pensadas para turistas, em contrapartida Trancoso deverá continuar a ser um centro vivo para quem nos visita e para os trancosenses, não tendo nenhum interesse em transformar este centro num lindíssimo parque temático, para quem nos visita, causando transtorno para quem lá reside e tem a sua atividade comercial. Em resposta ao deputado Daniel Almeida, informou que o atendimento descentralizado tem sido uma atividade de extrema utilidade, uma vez que existem quatro locais de atendimento regulares, pontualmente é também necessário atender Municípios de outras freguesias que assim o solicitam, como em Aldeia Nova, em Rio de Mel, em Fiães e Sebadelhe. Quantos às reuniões com os presidentes de junta e associações deverá ser uma prática a manter ao longo do mandato, tendo sido debatido com muita seriedade várias situações, por vezes com pontos de vistas diferentes, mas acima de tudo está a ser construída uma relação de confiança. Quando não é possível para a Câmara satisfazer um pedido, toda a informação é transmitida aos presidentes de junta, tendo por parte dos mesmos uma forma de trabalhar muito agradável, destacando serem pessoas muito dedicadas, preocupadas com as suas comunidades e com grande capacidade de colaboração e cooperação para com o Município. A Feira do Fumeiro foi apresentada como um primeiro teste da nova visão estratégica do Município, apostando na renovação dos eventos tradicionais de Trancoso para os tornar mais atrativos e inovadores. Destacou a reformulação do espaço da feira, a ligação entre a cultura do Fado e do Fumeiro e a introdução de atividades experimentais. O objetivo é adaptar eventos como a Feira do Fumeiro, a Feira da Castanha e a Feira de São Bartolomeu às novas exigências, garantindo a sua continuidade e relevância no futuro. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município aproveitou para retomar a palavra sobre a taxa de execução, realçando que com base em dados recebidos, no momento, a taxa de execução da despesa do País é cerca de 5%, inferior à executada em Trancoso. Informou entrar no ponto dois sobre a segunda revisão que se prende com algumas necessidades que foram sinalizadas depois do fecho do nosso orçamento. Salientou que no dia 19/03/2026 foi finalmente realizada a escritura de dissolução da TEGEC, recordando que ao contrário de outros Municípios, aqui se mantiveram todos os postos de trabalho, tendo resultado dessa dissolução a passagem do património da empresa Municipal para a esfera do Município, como imóveis e um saldo bancário na ordem dos 300.000,00€ (trezentos mil euros) que foi incorporado, agora, no orçamento municipal e cuja receita está refletida nesta revisão. Esta revisão prevê também um reforço para alguns projetos considerados importantes, como a intervenção na Escola EB1/2/3 de Vila Franca das Naves, que

neste momento não tem um horizonte de investimento por parte de outro tipo de fundos, neste sentido o Município vai avançar com algumas reparações e beneficiação mais urgentes para que as crianças que frequentam esta escola possam ter condições equitativas relativamente às outras crianças do concelho. Destacou uma verba significativa de 100.000,00€ (cem mil euros) referente ao projeto de iluminação cênica do Centro Histórico, nos monumentos para que possam ser desfrutados com mais qualidade. Salientou também a disponibilização de pequenas verbas para o projeto do CLDS e para aquisição de bens e serviços, informou tratar-se de uma revisão global de 365.300,00€ (trezentos e sessenta e cinco mil e trezentos euros).

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, recordando a sessão de Assembleia Municipal de 23/12/2026, em que o Grupo Municipal do Chega referiu a falta de planeamento, a falta de setores importantes para o concelho e acima de tudo a falta de transparência das GOP's. Salientou que 20% do orçamento insere-se em rubricas descritas como diversos, outros, etc., quando na altura o Senhor Presidente justificou esta situação, e conforme consta da ata em questão, como forma de "visar /agilizar procedimentos e evitar constantes alterações orçamentais". Estando em abril, já perante uma segunda revisão e com taxas de execução paupérrimas, questionou o Senhor Presidente do Município, se estas GOP's foram feitas de forma cuidada, séria e responsável, se foi o caso, qual o motivo de haver constantes alterações orçamentais e uma taxa de execução tão baixa, visto de acordo com esta mesma justificação terem sido estes os pontos que pretendia evitar. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município saudou a intervenção do deputado, no entanto salientou que apesar da intensidade da intervenção, o mesmo se encontra a exercer funções num período curto de tempo para que possa compreender a natureza do que é um documento como as GOP's ou um orçamento. Havendo um valor para incorporar nas contas do Município, sem ser feita uma revisão, não seria possível utilizá-lo. Informou que as revisões são um instrumento normal e natural da vida dos órgãos municipais, salientando que as revisões e as alterações são mecanismos normais de gestão de qualquer Órgão Municipal que visa mobilizar dinheiro num determinado momento para um projeto que se revela necessário. Por conseguinte, todas estas revisões e alterações nada têm haver com falta de planeamento. São instrumentos de gestão que permitem executar o orçamento de acordo com o calendário e de acordo com os imprevistos, que podem ser negativos, como os problemas da estrada das Torres, mas também podem ser positivos, quando existe uma receita adicional. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, que apesar de confirmar a sua pouca experiência, manifestou ter vontade de ajudar o concelho e agradeceu a intervenção do Presidente. No entanto, não tendo sido entendida a pergunta, questionou novamente o Presidente, que não tinha a ver com revisões, mas sim tem a ver com a justificação que o mesmo deu, na altura, quando passou de uma média de cerca de 8% para 20% em rubricas não descritas. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou que pela mesma razão estas rubricas têm que existir, senão seria impossível gerir uma Câmara Municipal. Estas rubricas existem, sem trazer nenhuma opacidade, porquanto toda a contabilidade dos Municípios é altamente organizada e escrutinada, evitando

que um documento técnico dificulte a ação governativa. -----

--- Não havendo mais inscrições para este ponto, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou tratar-se de um documento muito extenso, salientando alguns números do valor do património municipal em 2025, sendo que o valor bruto total corresponde a 156.451.124,53€ (cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, cento e vinte e quatro euros e cinquenta e três cêntimos), a depreciação acumulada total corresponde a 104.913.515,52€ (cento e quatro milhões, novecentos e treze mil, quinhentos e quinze euros e cinquenta e dois cêntimos) perfazendo um valor patrimonial líquido total de 51.537.609,01€ (cinquenta e um milhões, quinhentos e trinta e sete mil, seiscentos e nove euros e um cêntimo).-----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa questionou se havia algum comentário a fazer sobre a obrigatoriedade desse ponto que resulta da Lei, informando tratar-se de uma apreciação sobre o documento. Não havendo intervenções o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto quatro** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, informou que os documentos estão bastante claros o que isenta a que sejam feitas explicações mais extensas, por serem formalmente bem elaborados mostrando a qualidade dos profissionais. Trata-se de um enquadramento económico que é necessário, com taxas de crescimento das economias tanto nacional como mundial, uma taxa de crescimento moderada com o desafio da inflação, nomeadamente no setor energético, com impacto nos preços de muitos outros produtos, nomeadamente das matérias primas, salientando que o ano 2025 foi pautado por vários ciclos eleitorais, quer nacionais quer locais, tornando a máquina do Estado mais burocrática e mais lenta. Relembrou que Trancoso no ano 2025 ficou marcado pelos incêndios que queimaram cerca de catorze mil hectares, representando cerca de 40% da área total do nosso concelho. Relativamente ao quadro do pessoal, em 2025, registaram-se onze aposentações e o falecimento de um trabalhador. A 31/12/2025 o Município de Trancoso tinha um total de duzentos e setenta e dois trabalhadores, ou seja, menos seis do que em 31/12/2024, tendo desse modo registado uma variação negativa de 2% quanto ao número de postos de trabalho. Porém, existe um acréscimo de despesa com o pessoal, significando que existe uma valorização salarial dos trabalhadores, porque o Município acompanha também a subida do salário mínimo e porque se regista mobilidades internas, neste caso nove assistentes operacionais passaram a assistentes técnicos, e três assistentes técnicos passaram a técnicos superiores. Relativamente à gestão financeira é feita referência ao pagamento atempado do passivo que resultou da PACETEG, um calvário pelo qual os deputados e os executivos anteriores tiveram que passar e que neste momento já se encontra resolvido, representando ainda um valor muito significativo, estando o Município a pagar 76.000€ (setenta e seis mil euros) por mês, relativo a esse processo que teve início em 2009. Quanto ao investimento público o ano ficou marcado pela grande obra de requalificação dos Paços do Concelho, obra que foi muitíssimo bem

conseguida, tornando o espaço muito funcional, confortável, bonito e respeitando a estética anterior de um edifício já secular do início do século XX. Destacou outros, pequenos, investimentos, que foram sendo também realizados, no âmbito do PRR, como a requalificação da Muralha, a requalificação da Igreja de Santa Marinha e da respetiva necrópole, a compra de um autocarro para mobilidade escolar e associativa. Entretanto mantiveram-se os eventos culturais e turísticos, apesar do impacto dos incêndios que afetaram a Feira de São Bartolomeu, o maior evento cultural e comercial. Salientou a realização por parte do Município de todas essas ações mantendo os impostos no mínimo, o IMI foi fixado na taxa mínima de 0.3%, por esta Assembleia Municipal, sendo que ainda foram aprovados alguns descontos, relativamente às famílias mais numerosas, além de ter o Município abdicado dos 5% da totalidade de IRS, aliviando nesse sentido as finanças das famílias, principalmente da classe média do nosso concelho. O saldo de gerência para o ano 2026, como já tinha sido referido na última sessão, foi de 3.717.636,01€ (três milhões setecentos e dezassete mil, seiscentos e trinta e seis euros e um cêntimo), em 2025 pagou-se um montante de 768.885,00€ (setecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e oitenta e cinco euros) de dívida, sendo que o resultado líquido foi negativo em 282.799,25€ (duzentos e oitenta e dois mil setecentos e noventa e nove euros e vinte e cinco cêntimos), refletindo um aumento da despesa, nomeadamente com o pessoal, com transferências para as freguesias e associações, como depreciações e amortizações. Afirmou que o aumento da despesa foi maior do que as verbas disponibilizadas nas receitas durante este ano, no entanto o Município está a cumprir plenamente a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente é superior à despesa corrente, somadas as amortizações dos empréstimos. Relativamente ao endividamento do Município de Trancoso, os próprios documentos e o relatório mostram que está controlado, existindo um total de dívida, a 31/12/2025, de 10.818.432€ (dez milhões oitocentos e dezoito mil e quatrocentos e trinta e dois euros), com uma margem de endividamento até aos 18.516.897€ (dezoito milhões quinhentos e dezasseis mil e oitocentos e noventa e sete euros), ou seja, uma margem superior aos 7.000.000€ (sete milhões). -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, destacando o facto de não conseguir encontrar, na atuação da Câmara Municipal, uma coerência estratégica e de objetivos, após análise dos documentos da prestação de contas. É possível encontrar medidas avulsas, conjunturais, mas o que é criticável é a ausência de visão estratégica. Informou já ter lançado o repto ao anterior Presidente da Câmara Municipal, numa das sessões de Assembleia Municipal, onde foi referido os vetores em que se justificava a atuação do Município, nomeadamente o que deveriam ser objetivos estratégicos e o que devia ser medidas a tomar. No entanto, após análise das contas e do orçamento, constata-se, por um lado, a ausência desta estratégia, tratando-se de um conjunto de objetivos perfeitamente compatibilizados e determinados, e por outro lado, a indefinição desses objetivos. Não é possível classificar o desempenho da Câmara Municipal porque previamente a mesma não diz o que pretende fazer, mostrando apenas medidas avulsas, medidas reativas e não a construção do que se pretende que seja o futuro do concelho de Trancoso. No fundo trata-se de uma gestão a curto prazo meramente reativa e não proativa. Por conseguinte, informou que o partido não votará contra o documento, mas irá abster-se porque continua a entender que não preenche os requisitos daquilo que

deve ser a atuação de uma Câmara Municipal. Relativamente à introdução feita pelo Presidente em relação ao documento, destacando uma variável importante, o aumento do preço da energia, problemas de natureza energética que o Município enfrenta, recordando a ação judicial avançada por uma empresa de distribuição elétrica contra a Câmara Municipal de Trancoso, durante a campanha para as eleições autárquicas. A Câmara Municipal de Trancoso enquanto órgão representativo do Município de Trancoso foi demandada pela existência de uma dívida junto dessa empresa. Por conseguinte, questionou o motivo de existir essa dívida, o porquê de a Câmara não ter pago, quais as razões que justificam essa falta de pagamento e qual a atual situação processual desse litígio, sabendo que a Câmara Municipal contestou a dívida. Caso exista acordo, se há julgamento marcado e acima de tudo quais as expectativas da Câmara Municipal relativamente a essa dívida. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, respondendo ao deputado João Caramelo, que veio questionar sobre uma dívida, para a qual ainda não há respostas, quando antigamente havia tantas dívidas que ficaram por debater, por pagar e outras por negociar, destacando que talvez numa fase posterior tivesse mais pertinência a razão dessa questão. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, afirmou que o deputado João Caramelo, pode recuar até quatro anos atrás, quando o Presidente ainda era deputado municipal, nunca viu nenhuma coerência estratégica nos executivos do Partido Socialista, porém os eleitores do concelho de Trancoso viram sempre e têm vindo a reconhecer, desde 2013, essa estratégia e esse rumo, portanto o deputado e a Bancada do PSD-CDS/PP poderiam fazer uma reflexão sobre essa situação. Quanto à questão estratégica, podemos salientar, como referido já no passado, a requalificação urbana do Centro Histórico, a requalificação dos Paços do Concelho, o antigo edifício do quartel da Guarda Nacional Republicana, a obra de requalificação das Muralhas, questionando se toda esta intervenção feita no Centro Histórico de Trancoso não é estratégia. Relativamente à dívida, em resposta à intervenção dos dois deputados, informou que daqui a quinze anos de certeza que o Município de Trancoso não estará a pagar cerca de 75.000€ (setenta e cinco mil euros) mensalmente por esta dívida. Existe de facto uma dívida que resultou de uma incongruência técnica, do não reconhecimento de alguns valores que foram faturados ao Município, o mesmo reclamou, não tendo sido acolhida essa reclamação por parte dessa empresa de energia, avançando com uma ação, tendo sido marcada uma audiência prévia para o dia 23/06/2026, por conseguinte resolver-se-á, se o Município tiver que pagar, o executivo do PS pagará o que deve, não deixando dívida para o futuro. -----

--- Não havendo mais inscrições para este ponto, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com doze abstenções. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, apresentando a seguinte declaração de voto “ A Coligação «POR SI/ POR TRANCOSO» apresenta esta declaração de voto de ABSTENÇÃO relativamente aos documentos de prestação de contas apresentados, alicerçando esta decisão nos seguintes pressupostos: 1. Ausência de Visão Estratégica: A análise dos documentos revela uma gestão baseada na mera execução de despesa corrente e em intervenções avulsas, carecendo de uma estratégia integrada e

de longo prazo para o desenvolvimento económico e social do concelho. 2. Indefinição de Objetivos Claros: Verifica-se uma lacuna persistente na definição de metas concretas e indicadores de desempenho. Sem objetivos quantificáveis, torna-se impossível avaliar se o investimento público foi aplicado de forma eficiente ou se os resultados alcançados servem, de facto, os interesses reais das populações. 3. Gestão de Curto Prazo: O relatório demonstra uma política de “gestão do dia-a-dia”, sem prioridades claras. Esta falta de foco impede que o município antecipe desafios futuros, resultando numa aplicação de recursos que parece responder mais a conveniências momentâneas do que a um plano estruturado de crescimento. 4. Dificuldade de Avaliação de Impacto: Dada a falta de clareza na estratégia política que deveria nortear estas contas, este voto de abstenção sublinha a impossibilidade de validar uma gestão que não apresenta um rumo transparente, optando -se por não inviabilizar o documento, mas marcando uma posição crítica face à falta de ambição política demonstrada. Por estes motivos, e por se considerar que o concelho exige uma governação mais planeada e menos reativa, optamos pela Abstenção”. -----

--- Interveio a deputada, Cátia Andrade, apresentando a seguinte declaração de voto “A prestação de contas que o Partido Socialista hoje vota favoravelmente não é apenas um documento contabilístico, mas sim a prova da solidez e da continuidade das políticas públicas que temos defendido para o nosso concelho. Este exercício de 2025, embora marcado por uma transição de mandatos, deve ser compreendido como um todo coerente, onde o rigor e a resposta às necessidades das pessoas foram sempre o fio condutor. A aprovação destas contas é um ato de responsabilidade que valida uma estratégia resiliente, especialmente num ano em que enfrentámos a grave catástrofe dos incêndios de agosto, que atingiram cerca de 40% do nosso território. Perante essa emergência, a gestão municipal não hesitou e demonstrou uma enorme capacidade de adaptação, priorizando o apoio direto às famílias e ao setor agrícola. Garantimos que a proteção civil e a coesão social estivessem acima de qualquer despesa não essencial, sem nunca esquecer o compromisso ético de continuar a regularizar as responsabilidades financeiras que herdámos do passado, como o passivo da Paceteg. É este esforço constante de libertação de encargos antigos que nos permite ganhar a margem necessária para investir no futuro e na qualidade de vida de todos os trancosenses. No plano do investimento, o ano de 2025 foi transformador. Avançámos com a requalificação dos Paços do Concelho e da antiga Escola de Maçal da Ribeira, para além das intervenções essenciais na nossa Muralha e na Igreja de Santa Marinha. Apostámos na coesão territorial com o início das obras no Largo do Mercado em Vila Franca das Naves e mantivemos o apoio aos certames que dinamizam a nossa economia, como a Feira de São Bartolomeu e a Feira da Castanha. O bem-estar das famílias também foi reforçado com a aquisição de um novo miniautocarro escolar, a conclusão do Centro BTT da Serra do Pisco e a renovação profunda das nossas Piscinas Exteriores e do Parque Infantil Municipal. Do ponto de vista financeiro, a saúde do Município é inequívoca. Alcançámos uma taxa de execução da receita superior a 88% e uma receita cobrada líquida que ultrapassou os 20.000.000,00€ (vinte milhões de euros). Mais do que isso, conseguimos gerar um saldo orçamental de 3,7 milhões de euros para a gerência seguinte, garantindo uma almofada financeira vital para o novo ciclo. Tudo isto foi feito mantendo uma política de baixa pressão fiscal, preservando a taxa mínima

de IMI e abdicando da totalidade da receita do IRS para que esse dinheiro fique no bolso das nossas famílias num momento de exigência económica. Importa ainda esclarecer, com total transparência, que qualquer resultado líquido negativo nos mapas contabilísticos não reflete falta de recursos, mas apenas o desgaste natural do património municipal que está ao serviço das pessoas. A nossa liquidez é elevada e os compromissos com fornecedores são cumpridos com rigor. Ao votar favoravelmente este relatório, reafirmamos o nosso compromisso com o progresso social, a sustentabilidade e o bem-estar de todos os habitantes de Trancoso.” -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, salientando, que no seguimento à declaração de voto da Bancada do Partido Socialista, que o centro de BTT está localizado na aldeia de Vendo do Cepo e não na Serra do Pisco. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco da Ordem do dia**. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, salientou que o assunto é uma aspiração antiga dos presidentes de junta de freguesia, pelo menos nos últimos mandatos, poderem ter uma capacidade de ação mais efetiva. Esta proposta tem por base numa reunião realizada no Município com todos os presidentes de junta no dia 06/02/2026, em que foi efetuada uma análise aprofundada, com o apoio dos serviços jurídicos da Câmara Municipal de Trancoso, do decreto Lei nº 57/2019, que define um conjunto de novas competências, que são treze, para as juntas de freguesia, chegando à conclusão que dez dessas treze, não eram competências nem interessavam estar na esfera das freguesias, não sendo benéfico nem para as freguesias, nem para o Município, nem para os Municípios, que essas competências ficassem definitivamente no âmbito das juntas de freguesia. Trata-se acima de tudo de competências burocráticas, como licenças para ocupação de espaço público, instalação de equipamentos, lançamento de fogos de artifício, intervenção nos espaços exteriores de estabelecimentos escolares, entre outros. Acrescentou que nenhum dos presidentes de junta comunicou o interesse em ficar com essas competências. Neste momento está-se a regulamentar a avocação dessas dez competências para a esfera municipal, onde têm sido exercidas. Nesse sentido, o objeto da votação em causa é a manutenção dessas competências na esfera municipal, sendo que as alíneas a), b) e c), neste momento essas três competências ainda não ficam definidas e serão objetos de negociação com cada uma das juntas de freguesias, no sentido de poderem decidir, se assim lhes interessar, ficar com elas, sendo que posteriormente, serão negociados os recursos para o seu exercício. --

--- Interveio o presidente de junta da freguesia do Reboleiro, José Nascimento, felicitando o executivo, pelo menos pela intenção de dar essa possibilidade às juntas de freguesia, cuja pretensão de ter essa competência tem sido desde há muito tempo, solicitada e por vezes até contestada, por não ser aceite que as juntas de freguesias pudessem exercer essa função. Considerou não haver nenhuma má fé, nem intenção maléfica de nenhuma das partes, apelando ao bom senso de todos para que seja levado a bom termo as negociações feitas sobre este tema. -----

--- Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma

sido aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis** da Ordem do dia. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, salientou que na sequência do inverno com níveis de pluviosidade muito acima do normal para os invernos da região, que já por si são rigorosos, fenómeno que foi agravado pelo grau de erosão dos solos provocado pelos incêndios que afetaram 40% do território e ainda mais, nas zonas onde foram feitos trabalhos de intervenção de remoção da madeira queimada, piorando o estado de conservação e de circulação dos caminhos rurais das nossas freguesias. Afirmou ser uma enorme preocupação de todos os presidentes de junta e também um grande desafio para o Município, uma vez que os caminhos do concelho precisam todos de intervenção. Por conseguinte, para dar resposta às preocupações das juntas de freguesia, o Município conseguiu reunir um fundo de 131.000,00€ (cento e trinta e um mil euros) com o objetivo de apoiar as freguesias nesse trabalho. Evidenciou que todas as freguesias necessitariam de mais apoios, mas não se deixa nenhuma de parte embora se atribua um valor mais significativo a algumas em detrimento de outras. Considerou que as vinte e uma freguesias necessitavam ao mesmo tempo desse apoio, tendo sido este montante o possível reunir e que pode ser transferido com rapidez para as freguesias, para que possam realizar as intervenções necessárias. Foi considerado um fator de diferenciação, neste caso, relacionado com a área da freguesia. Não havendo nenhum modelo que seja inteiramente justo para a grande diversidade que têm as freguesias, destacou que foram definidos três patamares de apoio: o primeiro patamar com um apoio concedido de 5.000,00€ (cinco mil euros) para as freguesias com uma área de até 15 km², no total onze freguesias: Castanheira, Cogula, Cótimos, Fiães, Granja, Guilherme, Moimentinha, Palhais, Póvoa do Concelho, Reboleiro e Tamanhos; o segundo patamar com um apoio de 7.000,00€ (sete mil euros) para as freguesias com uma área entre 15 km² e 30 km², no total sete freguesias : Aldeia Nova, Rio de Mel, Valdujo e União de Freguesias de Freches e Torres, Vale do Seixo e Vila Garcia, Vila Franca das Naves e Feital, Vilares e Carnicães; o terceiro patamar com um apoio concedido de 9.000,00€ (nove mil euros) para as freguesias com uma área superior a 30 km², no total três freguesias: Moreira de Rei, União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior e União de Freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho. Informou que são três patamares, que apesar de não serem proporcionais, são um complemento ao orçamento já existente das juntas de freguesia e que ajudará a intervir mais rapidamente para permitir ter caminhos em boas condições de circulação ou, pelo menos, com condições mínimas, por serem uma ferramenta importante tanto para a atividade económica - atividades agrícola, pecuária e florestal - com um peso significativo para o concelho, assim como para atividades recreativas. Também salientou a importância de preparar a circulação, no caso de novamente se ter de combater incêndios na próxima época de verão. Terminou informando que este processo será feito mediante celebração de protocolo entre instituições, nos quais ficarão muito bem definidas as obrigações das partes. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, referindo que a sua posição sobre a atribuição das verbas às diversas juntas de freguesia já era do conhecimento do Presidente da Câmara Municipal, ficando

agradado com o facto de ter dito que às vezes é difícil saber quantificar de acordo com cada junta o que se deve dar. Felicitou o Presidente pelo critério escolhido, as áreas das freguesias, apesar de que um levantamento dos estragos poderia ser maior numa área, menor em outra. -----

--- Aproveitou para chamar à atenção pelo facto, que durante a sessão todos pugnaram pelas suas freguesias, no entanto, lamentou ouvir falar tão pouco de Vila Franca das Naves sendo esta uma das duas Vilas do concelho de Trancoso, além de ser a porta de entrada de migrantes e imigrantes, o que dá um real enfoco à mesma, podendo ter um potencial para se elevar muito mais além. Informou que subscrevia integralmente a posição da Dr.ª Ana Abrunhosa, relativamente aos critérios que devem presidir na ajuda às juntas de freguesias do concelho, devendo ser todas tratadas por igual. Salientou que o número de eleitores e a dinâmica de uma terra poderiam ter sido um critério, no entanto concordou com o critério da área. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, congratulando o executivo pela proposta de concessão de apoio financeiro às juntas de freguesia, que se destina à manutenção e conservação, assim como à reparação de danos provocados, não só pelas condições climatéricas extremas do inverno, mas também devido aos incêndios e erosão dos solos agravada por essa situação. Destacou uma crítica que deve ser feita relativamente ao método escolhido para a distribuição desses fundos, por não parecer ter uma base equitativa e justa. Acrescentou que, conforme foi referido pelo Presidente da Câmara Municipal, as freguesias têm contextos e geografias diferentes o que exigia uma melhor análise mesmo que não houvesse a possibilidade de fazer um levantamento objetivo de todos os caminhos, mas, pelo menos, que houvesse uma estimativa mais aproximada, havendo hoje em dia vários métodos tecnológicos que podiam ter sido uma ajuda na identificação dos caminhos e dos acessos, para perceber qual a utilidade dos mesmos. Isto é, se são para explorações agrícolas ou para o próprio acesso à habitações ou a outros edifícios. Finalizou, salientando que a proposta pode ser louvada, mas o método ou a forma como os fundos estão a ser distribuídos não são os mais corretos e não são suficientes. -----

--- Interveio o presidente da União de freguesia de Trancoso e Souto Maior, Paulo Rico, reconhecendo com agrado a preocupação do Município de Trancoso na atribuição desse apoio financeiro extraordinário para a manutenção dos caminhos do concelho. Esse reconhecimento é necessário após um inverno rigoroso e a erosão severa dos solos, causada pelos incêndios no último verão que deixaram a rede viária rural num estado crítico. Considerou que o apoio vinha em resposta ao ponto número dois do requerimento que foi deixado na última sessão, contudo, quis alertar esta Assembleia para o facto da métrica não ter sido equitativa, visto que uma freguesia que tem 31km² (trinta e um quilómetros quadrados) tem o mesmo apoio que uma freguesia que tem cerca de 60km² (sessenta quilómetros quadrados), que é o caso da sua freguesia com 58km² (cinquenta e oito quilómetros quadrados) e com 148,5 km (cento e quarenta e oito vírgula cinco quilómetros) de rede viária, colocando a freguesia num patamar acima dos 30km², ignorando a proporcionalidade direta entre área e extensão da rede viária e o custo real da intervenção. Realçou que a insuficiência deste apoio não se resume apenas à extensão quilométrica, mas também a uma situação crítica para a freguesia que são as derrocadas dos muros de suporte e alguns pontões de acesso a algumas

propriedades agrícolas para além do estado dos caminhos viários. Perguntou ao Presidente da Câmara se este apoio seria o teto final que estaria disponível para a união de freguesia de Trancoso e Souto Maior, ou estaria a Câmara disponível para criar uma linha de reforço extraordinário para danos estruturais como derrocadas de muros e fortificação de pontões, que por lei e por capacidade financeira ultrapassam em larga escala as competências correntes das freguesias. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, que não querendo prender-se com o tema da métrica, visto que já tinha sido referido pelo deputado do Chega e pelo presidente da União de freguesia de Trancoso e Souto maior, salientou que esse apoio podia ser visto como um valor de boa vontade ou o valor possível. Destacou ter-se referido, nesta sessão, que tinha havido uma incorporação de 300.000,00€ (trezentos mil euros) da TEGEC, no entanto, para um concelho de vinte e uma freguesias o Executivo Municipal apresenta apenas um apoio de 131.000,00€ (cento e trinta e um mil euros) para a recuperação de caminhos depois de um ano extremamente difícil, quer pelas condições do tempo, quer pelas que foram criadas em consequência dos incêndios. Evidenciou o exemplo de Rio de Mel, sendo uma situação intermédia, confessou ser desmotivante para um presidente de junta receber um apoio de 7000,00€ (sete mil euros) para a recuperação de caminhos. Terminou alertando que o mesmo eleitorado que deu um voto de confiança ao Partido Socialista, o povo é soberano e o povo é que escolhe, devem ser estas situações que nos dizem diretamente respeito, que nos devem fazer refletir. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, salientando que ao longo dos mandatos anteriores a conversa nesta Assembleia foi várias vezes a mesma, que as juntas de freguesia recebiam um valor de forma igualitária sem qualquer tipo de critério de diferenciação. Entretanto, foi criado um critério de diferenciação e as críticas continuam por o critério não ser bom. No entanto, confessou não ter encontrado em nenhuma das intervenções proferidas, critérios objetivos e matemáticos que permitissem adotar outro critério. Destacou que o levantamento dos quilómetros dos caminhos rurais seria um bom critério, mas questionou se todas as juntas de freguesias tinham dados exatos e objetivos que permitissem que esse critério fosse adotado. Por conseguinte, salientou que o critério escolhido é muito mais equitativo, procurando diferenciar as freguesias em função da sua extensão e da área, podendo não ser um critério ótimo, pelo menos tentou-se encontrar um critério que vá ao encontro da dimensão das juntas de freguesia que são diferentes. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, salientando que ao longo dos últimos quatro anos, defendeu que a distribuição de verbas para as freguesias devia seguir o princípio da equidade, significando tratar de forma desigual as situações que são desiguais. Destacou ter defendido sempre duas coisas, a primeira, sendo um pressuposto básico, todo o dinheiro que vá para uma freguesia é sempre pouco, a segunda, ninguém melhor do que os presidentes de juntas de freguesia conhecem as necessidades e os problemas que enfrentam, encontrando as melhores soluções para poderem resolver as situações. Defendeu, sempre, que não se devia dar subsídios de igual montante às freguesias que eram diferentes, existindo critérios legais que podem e devem ser usados para a distribuição de fundos para as freguesias.

Neste caso, o Município utilizou apenas um dos três critérios sendo o da área geográfica, que representa 30% de majoração, no entanto, existem mais dois critérios, o da população, significando uma valoração de 50%, e o critério da densidade populacional que vale 20% na distribuição das verbas. Neste caso, não se deveria focar na área das freguesias por existir a possibilidade de tratar de forma desigual um maior número de fregueses que têm acesso a um menor subsídio e, em contrapartida, um menor número de fregueses que tem acesso a um subsídio semelhante ou maior. Deixou o reparo que, embora já seja um passo, utilizar um critério diferente da igualdade pura e dura, esse critério deve ser compatibilizado com os outros dois que a lei aponta. Salientou que em primeiro lugar está o critério da população, e todos estão aqui ao serviço da população; em segundo lugar, seria o da área geográfica da circunscrição e em terceiro lugar seria, importante também, o da densidade populacional. -----

--- Interveio o presidente de junta da freguesia do Reboleiro, José Nascimento, salientando que, uma parte, que recai sobre os critérios da distribuição das verbas já foi exposto pelo deputado João Caramelo. Referiu ser um dos que sempre apelava para que houvesse um critério uniforme, com equidade, tendo sido ouvido, mas nunca apreciado. Neste caso verificou que existe uma diferenciação podendo ser questionada a forma de como chegaram a esta questão, mas existe pelo menos uma diferença. Espera que no futuro, sempre que haja a possibilidade de distribuir verbas pelas juntas de freguesia, a mesma seja feita com discriminação positiva. Recordou que no ano passado, na freguesia do Reboleiro, houve uma despesa de 32.000,00€ (trinta e dois mil euros) para arranjar os caminhos, que eram intransitáveis, o que impediu utilizar essa quantia para outras situações porque estavam sem apoio direto para esse efeito, salientando que infelizmente, nos caminhos onde não foi possível colocar betão já estão quase iguais hoje em dia. Evidenciou também, que todos os meses existe uma fatura elétrica para sustentar o fornecimento de energia para o repetidor que ali se encontra, embora pouca gente o utilize e parecendo que não serve para nada. Porém quando se desliga, há reclamações desde Sebadelhe, Corças, Reboleiro, Palhais, Benvende e até de Carapito, o que realça a utilidade do repetidor, tendo sido sempre a freguesia do Reboleiro que tem pago. A sua instalação que um custo de 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos euros), na altura foi prometido pelo Doutor António de Oliveira, que em função da receita que o Município obteve com a instalação do parque eólico, a despesa em causa seria paga. Até agora não existiu nenhum pagamento. Acrescentou que à posteriori, foi prometido pelo Prof. Amílcar Salvador, Presidente do Município, que a dívida ficaria saldada. Por esses motivos considera que há uma dívida do Município à freguesia. Finalizou a sua intervenção perguntando se era possível serem compensados com a máquina de rasto, visto que as freguesias de Reboleiro, Sebadelhe, Corças, Rio de Mel e Castanheira têm muitos caminhos rurais para arranjar e que sem a máquina será impossível. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, corroborando a opinião dos três intervenientes anteriores. Disse que não era fácil um decisor tomar decisões, mas poderá no futuro, ser conveniente ponderar melhor esta distribuição de apoios pelo que se deve demonstrar vontade de ouvir, escutar todos os presidentes de juntas e as suas opiniões. Não se trata só de votar. Este espaço, considerado a casa da

democracia serve para saber a opinião de cada um em relação à distribuição da verba, motivo pelo qual gostaria de auscultar todos os presidentes. Constatou também que as vinte e uma freguesias não foram todas assoladas da mesma forma, ou seja, esta distribuição também não deveria ter este princípio. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, destacou como ponto prévio que a Câmara Municipal não é obrigada a dar apoios às juntas de freguesia. De facto, antes dos mandatos do Partido Socialista, o executivo da Câmara Municipal não costumava dar nada às juntas, tinham o próprio orçamento para cumprir as responsabilidades, e era legítimo. No entanto, desde há treze anos atrás já não tem sido essa a prática, e dentro das possibilidades do orçamento municipal, o Município tem acudido às muitas necessidades das juntas de freguesia. Salientou que para decidir, ouve primeiro, estuda, e depois apresenta uma decisão com consciência, acreditando que os benefícios que traz são mais fortes. Está seguro relativamente às críticas que foram feitas. Confessou ter já algumas opiniões recolhidas das reuniões com os presidentes de junta de freguesia, onde cada um defendeu o critério que mais convinha à sua freguesia, sendo esse o papel deles. Neste momento, acredita que os benefícios que este critério traz para as juntas de freguesia, está acima de tudo por ser rápido e não ter que perder mais tempo a definir um critério objetivo para todas as freguesias que precisam do dinheiro agora mesmo. Os caminhos não são apenas das freguesias, são de todos os que lá passam por qualquer razão. Trata-se de um reforço que serve o concelho. Em resposta aos critérios apresentados pelo deputado João Caramelo, não pareceram ser os mais adequados por se tratar de caminhos rurais, apesar de serem os critérios da lei, não parecem ser os mais corretos para avaliar este tipo de apoio. Sendo caminhos rurais, a área é um critério muito mais assertivo do que a densidade populacional, que evidencia a quantidade de pessoas num espaço. Destacou a existência de outros apoios dados pelo Município às freguesias que também devem ser tidos em conta, como a colocação de funcionários públicos em várias freguesias que tem um custo para o Município. Algumas freguesias têm outros rendimentos, por exemplo, têm de rendas. Por conseguinte, afirmou que nunca se chegaria a um critério que pudesse ser inteiramente justo. Salientou estar confortável com as questões que foram trazidas nesta Assembleia, todos prestaram um bom papel da defesa das próprias freguesias e fregueses sentindo-se seguro deste modelo considerando-o o melhor para servir o concelho de Trancoso. -----

--- Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com duas abstenções. -----

O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao III ponto da ordem de trabalhos: Assuntos agendados ao abrigo do art. 16º, nº 3 do Regimento da AMT, que resultou de uma solicitação por parte do deputado do grupo municipal do CHEGA. **Ponto número um** -----

--- Interveio o deputado, Luís Fernandes, explicando a proposta de uma outra forma do que aquela que foi enviada por e-mail a todos os membros da Assembleia Municipal, mas com o mesmo conteúdo para o caso de ter surgido alguma dúvida acerca da mesma e desse modo haver uma segunda forma de a compreender. Salientou que a Constituição da República Portuguesa consagra, no seu artigo 64º, o direito à proteção da saúde e impõe ao Estado a garantia de uma cobertura racional e eficiente de todo o território. Acrescentou

que a Lei de Bases da Saúde reforça princípios essenciais como a equidade e a acessibilidade, princípios que no caso de territórios do interior, como é o caso de Trancoso, exigem respostas diferenciadas. Ressaltou que o atual Serviço de Atendimento Complementar (SAC) não tem assegurado uma resposta integrada de urgência conforme definido no modelo da rede de urgência, por conseguinte, a reclassificação para Serviço de Urgência Básico (SUB) permitirá garantir atendimento permanente, reforçar a capacidade de estabilização de doentes críticos e integrar plenamente Trancoso na rede de referência do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Adicionalmente, salientou que a integração de uma ambulância SIV (Suporte Imediato de Vida) do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) é essencial para assegurar a continuidade assistencial e uma cobertura eficaz de vários concelhos em tempo útil. Não se trata apenas de uma reivindicação local, mas de uma necessidade técnica alinhada com os princípios legais e com a organização do sistema de saúde. Informou que é por isso, fundamental, que o Município assuma um papel ativo junto da ULS da Guarda e da tutela. Destacou o facto de não se poder continuar a estar à espera de um milagre ou estar de braços cruzados. Alertou para a necessidade de se reivindicar por aquilo que são os mínimos e o mais elementar da vida humana, que é a saúde. Salientou que a Coligação PDS/CDS tem desenvolvido esforços no sentido de haver uma implementação de uma USF (Unidade de Saúde Familiar) no concelho de Trancoso, sendo uma proposta que seria também do interesse do Grupo Municipal do Chega. No entanto, considera a sua proposta a melhor solução para o Município e para a região. Destacou que o Município unido a uma só voz com esta proposta de recomendação concreta para o problema atual, constitui a melhor hipótese para a mudança que tanto é necessária. Evidenciou ser uma solução concisa, sólida e consciente, beneficiando não só o Município, mas também toda a comunidade intermunicipal. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, considerando que a sugestão da Ministra da Saúde que passa pela criação de uma USF com protocolos a definir com os Municípios, é clara e solucionável. Salientou a existência de médicos de saúde familiar suficientes para esta solução acontecer, podendo passar para a esfera da zona de Viseu e não da Guarda. Evidenciou que existe uma concordância geral no facto de que a saúde é algo que nos une, que é unânime, sendo importante a resolução deste problema, criando soluções a bem de todos e para todos. Informou que atualmente já existem diversos exemplos de modelos protocolados e/ou em via de protocolar com os Municípios, sendo que a prioridade é agir, desenvolver ação de serviço público, que foi para esse objetivo que houve sufrágio democrático. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, felicitando a iniciativa, independentemente de concordar ou não com o conteúdo da moção, por trazer um tema à Assembleia Municipal, que é tão caro para o Partido Socialista, como a saúde, sendo um direito fundamental, consagrado na nossa Constituição, que completou há pouco tempo cinquenta anos. Salientou que é efetivamente um direito que tanto este executivo, como o anterior, têm procurado promover no limite das suas funções executivas, no limite das atribuições próprias das autarquias locais, e que infelizmente ao qual o governo, até ao momento, não tem respondido, quanto à disponibilidade e ao compromisso sem se saber o que pretende fazer sobre o direito ao acesso à saúde no concelho de Trancoso. Informou que embora este executivo já conseguisse reunir

com a ULS Guarda e com o centro de saúde de Trancoso, continua sem haver atendimento por parte da Direção Executiva do SNS e da Ministra da Saúde, restando apenas ao Município fazer o que é possível. Lamentou que o deputado tenha votado contra a moção apresentada pelo Partido Socialista, no sentido de reunir com estas entidades e procurar criar condições de acesso a cuidados de saúde em Trancoso, e não ter tido essa solidariedade para com as preocupações do Partido Socialista nessa data. Salientou que, contrariamente a essa atitude, o Partido Socialista irá acompanhar o deputado, pelo interesse em haver uma vontade por parte desta Assembleia Municipal de resolver um problema que é dos Trancosenses, que é o acesso a cuidados de saúde. Em relação ao modelo de gestão caberá aos técnicos de o analisarem, porque não é da responsabilidade dos deputados que não são obrigados a ser técnicos nesta Assembleia Municipal, mas apenas políticos que tomam decisões políticas e cidadãos que são eleitos para uma finalidade política em que alguns deles, com alguma uma carga ideológica. Destacou a importância de a ideologia ceder sempre à técnica, devendo ser sempre essa ideia uma linha orientadora. A técnica deve ser sempre a prioridade de qualquer político, decisor ou técnico que esteja ao serviço da República. Destacou a técnica presente na proposta do deputado do Chega ao solicitar uma reavaliação, solicitar ao INEM a avaliação técnica, promover a articulação realçando a natureza suprarreferida e desenvolver um estudo técnico não havendo nada a opor nesta parte. Relembrou que o principal problema que se enfrenta é o da falta de médicos, não sendo resolvido apenas com uma mudança da modalidade de gestão. Informou que o que o deputado defende com esta proposta até pode ser sempre uma avaliação importante, mas a realidade é que há apenas quatro médicos de família, três com contratos pós reforma, e não há nenhuma segurança ou garantia por parte do governo central que os médicos de família vão aumentar em Trancoso. Salientou, apesar de tudo, que o Partido Socialista votará a favor da proposta porque não interessa o partido político que a apresenta. -----

--- Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto número dois**. No uso da palavra, o Presidente da Mesa realçou um ponto antes da apresentação da proposta, fundamentalmente onde diz que “sempre que algum deputado Municipal não receba os documentos, esse ponto deverá ser adiado para a sessão seguinte” não mencionando a razão do não recebimento, que pode ser pessoal, contribuirá primeiramente para uma alteração regimental, e por outro, levará ao adiamento de qualquer assunto desde que o deputado nos assegure que não recebeu. Para colmatar essa possibilidade já foi introduzida no regimento, a hipótese de os documentos serem enviados por via eletrónica ou serem colocados no sítio eletrónico para o efeito. Nesse sentido, perguntou aos serviços da informática se, não havendo Assembleias extraordinárias, é possível até junho, preparar este mecanismo e os documentos ficarem disponíveis no sítio eletrónico da Câmara onde cada um irá buscar os documentos para a sessão, através de uma senha, e apenas ficando disponíveis para os membros da assembleia. -----

--- No uso da palavra, o deputado Luís Fernandes solicitou fazer um reparo antes de apresentar a proposta que não será sujeita à sua leitura visto que todos os deputados a receberam por via eletrónica. Salientou

existir nas sessões da Assembleia Municipal um certo tom, uma atitude de certa forma arrogante, condescendente por alguns deputados desta Assembleia, que apesar do próprio ser inexperiente nestas lides, não vê qual é o benefício que essas situações trazem para resolver os problemas do concelho. Salientou que se deveria manter o diálogo num tom sério, prático e de cordialidade. Relembrou que na sessão na qual trouxe esse tema e onde ocorreu esse episódio, o deputado Daniel Almeida referiu que visto o ponto ter sido votado e discutido naquele momento, que o ponto ficava sanado nesse momento. Afirmou, com todo o respeito, que não compete a qualquer deputado sanar um ponto, visto esta moção existir e ainda se encontrar em aberto e sujeita a votação de toda a assembleia. Entretanto, de forma preventiva e para não deixar dúvidas, esta moção não é sobre se o documento estava ou não disponível, nem sobre a relevância ou falta dela e de determinado ponto da ordem de trabalhos, não há qualquer aproveitamento político daquilo que considerou ser uma falha na sessão da Assembleia Municipal. Esta moção visa fortalecer o funcionamento democrático desta Assembleia Municipal e assegurar a igualdade de condições entre todos os membros e garantir que as deliberações tomadas neste local resultam de uma análise devidamente informada, rigorosa e responsável. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, salientando que quando referiu a sanação referia-se a um contexto de o órgão enquanto órgão administrativo que é a Assembleia Municipal poder sanar irregularidades de atos. É que a retificação é uma figura administrativa, portanto cabe à Assembleia Municipal poder sanar ou não realidades. Não se sente julgador nem teria qualquer competência para fazer qualquer tipo de sanação. Informou que ninguém decide nada individualmente, fazendo todos parte de um órgão que só tem competências no seu coletivo. Em relação à moção, informou votar em abstenção esta moção, visto que o regimento já prevê os respetivos prazos e aquilo que aconteceu não ser confundido com uma realidade pontual ou aquilo que já decorre do regimento e de todas as normas aplicadas. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, comunicando o sentido pessoal de voto, não tendo que ser o da bancada, no sentido da abstenção, por ter participado na Comissão de Revisão do Regimento. O Regimento prevê tudo aquilo que é necessário e votar favoravelmente esta moção era desdizer o que esteve a fazer. Portanto, o motivo desta intervenção foi apenas para justificar a sua abstenção. -----

--- Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com doze votos a favor, quatro votos contra e dezasseis abstenções. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público**. -----

--- Pediu a palavra o munícipe, Marco Santos, residente em Trancoso, para intervir novamente após a sua intervenção na sessão de fevereiro, sobre as obras do Museu, dizendo que após o acontecimento de alguns eventos que toda a gente tem conhecimento, permitiu que tivesse algumas informações que anteriormente não dispunha. Constatou haver algum movimento junto ao Palácio Ducal e por isso espera que haja uma maior clareza e que se comecem a ver as obras a partir deste momento. Nesse sentido, questionou o Presidente da Câmara Municipal se havia possibilidade de fornecer um cronograma relativamente às obras, o que vai ser feito e quais os prazos de concretização e se paralelamente vai desenhar ou promover uma

visão mais abrangente do próprio Museu da Cidade, não se restringindo unicamente à requalificação do edifício, do ponto de vista arquitetónico. Questionou também sobre a participação da Câmara Municipal e o envolvimento do concelho no Encontro Europeu da Castanha. Destacou ainda a situação do lixo que se encontra no cemitério, nomeadamente as flores misturadas com outros dejetos. Nesse sentido perguntou se havia algum tratamento específico relativamente a esse lixo, caso não haja, sugeriu haver alguma campanha em relação a esse tratamento de lixo e que fosse extensível aos cemitérios das restantes freguesias. Havendo uma campanha dentro do âmbito da reciclagem no mercado municipal, perguntou se tem sido feita uma avaliação, e que essa reciclagem poderia também ser extensível ao centro histórico. Também referiu o problema do estacionamento, como um dos problemas existentes no Centro Histórico de Trancoso. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, agradeceu ao senhor Marco Santos pela sua intervenção e pelas questões colocadas nesta Assembleia Municipal, apesar de já ter respondido a algumas no decorrer desta sessão. Informou que em relação ao Museu da Cidade as obras já estão a decorrer, seguem um cronograma técnico, mas foram reprogramadas no âmbito da candidatura a que foi submetida esta empreitada e que tem um prazo de execução até 2029, portanto três anos a partir do prazo em que foi concedida esta reprogramação. Informou que terá em boa conta as sugestões feitas pelo Senhor Marco Santos, como relativamente ao Encontro Europeu da Castanha, evento que visa valorizar a castanha, a cultura do castanheiro e a das terras a eles associados, confirmando que todos os eventos com tais objetivos são importantes. Quanto ao lixo no cemitério, também é uma competência das juntas de freguesia, exceto o de Trancoso, que é uma competência da Câmara Municipal, portanto analisará a situação tentando saber se existe alguma produção de lixo especial que esteja de alguma forma a retirar a honra a um lugar que deve ser de dignidade máxima. Informou que relativamente ao Centro Histórico, os serviços de ambiente estão a estudar formas de melhorar a possibilidade de tratamento de resíduos, nomeadamente da reciclagem, mas naturalmente que no Centro Histórico não poderá ser com os mesmos equipamentos que no resto do concelho, assim como também a recolha e tratamento dos bio resíduos que se torna necessário começar a fazer a bem do ambiente e a bem das finanças do Município. -----

--- Não havendo mais intervenções lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade pelos membros da assembleia presentes e assinada pela respetiva Mesa para produzir efeitos imediatos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia -----

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário